

CAPÍTULO XIII

Uma Definição Oficial do "Modelo"

Qual o sentido real do documento "Ação para a Empresa Privada Nacional" aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e divulgado pelo Governo no último dia 15 de junho? A interpretação geral e óbvia que lhe foi dada é a de que pretende definir e encerrar o debate sobre a estatização da economia brasileira. Este debate foi iniciado em fins de 1974 e recentemente transformou-se em uma investida desestatizante por parte do setor privado, a partir do momento em que o Secretário do Planejamento, em março de 1976, solicitou aos empresários sugestões. O documento é um "basta", é um "ponto final" do Governo ao debate, afirmam os analistas. E de fato ele tem esse sentido. Chega de discussão, porque, conforme afirma o documento, "algumas correntes radicais procuraram conduzir o assunto a posições extremadas, que não interessam ao setor privado, nem ao desenvolvimento nacional". E de fato, ainda que o debate deva ser sempre incentivado, para não cairmos no risco do autoritarismo, não há dúvida de que este debate em particular estava, em certos momentos, transformando-se não apenas em um pretexto para certos grupos defenderem seus interesses privados, mas também em uma oportunidade para o surgimento de propostas "desestatizantes" em que se mani-

festava o grau de incompetência ou subordinação ao Estado de frações representativas da burguesia local. O melhor exemplo disto foi a proposta de uma associação de classe de São Paulo para a criação de um organismo governamental que assumisse o controle das empresas privadas ameaçadas de falência, tomasse a seu cargo sua recuperação econômica e em seguida as devolvesse à iniciativa privada. . . Se não fosse pelo interesse nacional, ameaçado por propostas mais graves, pelo menos em nome da compostura empresarial estava na hora de encerrar o debate, o qual, por outro lado, já começava a incomodar a tecnoburocracia instalada no setor público.

Ao realizar essa tarefa, o documento governamental tem uma outra qualidade. Sua tese fundamental é a de que desestatizar é desnacionalizar. O Governo não pretende aumentar o grau de estatização da economia. Mas também não pretende desestatizá-la, a não ser em um ou outro setor "pouco significativo". Desestatizações maiores só poderão ser realizadas à custa de desnacionalização. E isto está fora de cogitação. O Governo afirma estar todo voltado para estimular a iniciativa privada nacional, para fortalecer a parte mais fraca do tripé: "empresa governamental, empresa privada e empresa estrangeira". Com esse posicionamento, o documento admite de forma indireta o que vinha sendo denunciado sistematicamente: por trás da campanha contra a estatização havia o interesse das multinacionais, que utilizavam como porta-voz a burguesia local e especialmente seus órgãos oficiais de representação de classe.

O sentido mais profundo deste documento, entretanto, é o de estabelecer ou pretender estabelecer as bases políticas do "modelo" brasileiro. Com ele a tecnoburocracia estatal não apenas reconhece oficialmente a existência de três grupos dominantes no Brasil — os próprios tecnoburocratas estatais, a burguesia local e as empresas multinacionais —, mas também reafirma estar a serviço do grupo mais fraco — a burguesia local — e lembra que, sendo mais forte, constitui-se na única alternativa real para evitar a desnacionalização e o domínio das multinacionais.

O reconhecimento oficial do tripé, que antes era motivo de denúncia por parte dos opositores do "modelo", é importante porque deixa clara a exclusão dos trabalhadores. Estes

não são sujeitos do processo político neste sistema. São no máximo objetos do mesmo.

A manifestação de fidelidade da tecnoburocracia estatal ao capitalismo local, embora também importante, é menos clara, ou, mais precisamente, é cheia de contradições. Em primeiro lugar, não deixa de ser curioso que o “forte” faça juras de subordinação ao “fraco”. De duas uma: ou o capitalismo local não é tão fraco e o Estado não é tão forte ou as manifestações de subordinação e fidelidade não são tão sinceras, são meramente estratégicas. Na verdade, ambas as alternativas podem, até um certo ponto, coexistir. A tecnoburocracia estatal tem interesses próprios e autônomos de poder e participação no excedente, mas se associa ou quer se associar ao capitalismo local, que ainda tem muito poder.

Desconfio, entretanto, que estamos diante de um caso de amor não correspondido. No novo triângulo amoroso, a burguesia local teme a tecnoburocracia estatal e prefere claramente as empresas multinacionais. Não bastassem os interesses econômicos comuns, que unem e solidarizam um capital cada vez mais internacionalizado, temos ainda uma afinidade ideológica básica: enquanto os tecnoburocratas, na medida em que ganham autonomia e que pretendem estabelecer padrões, constituem uma ameaça de controle estatal senão de socialização, a presença e o desenvolvimento das multinacionais constituem a garantia da estabilidade do sistema econômico capitalista vigente.

Não basta que os tecnoburocratas, através do Estado, “assumam o ônus dos setores que demandam investimentos gigantescos,” que “ocupem áreas complementares e viabilizadoras da ação do setor privado” e que desta forma estejam deliberadamente a serviço da acumulação de capital privada, dentro do amplo processo de concentração de renda que beneficia os capitalistas além dos próprios tecnoburocratas públicos e privados neste país. Seria preciso que a subordinação destes fosse mais clara e precisa. Que suas declarações de amor se traduzissem não apenas em fatos, em favores oficiais, mas em demonstrações inequívocas de subordinação — o que não parece ser mais efetivamente possível.

(Movimento, 28 de junho de 1976.)